



Intervenção no Debate de Urgência

(Protocolo de Colaboração e Entendimento entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

“Que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão, que esta Nação, com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que o governo do povo, pelo povo e para o povo jamais desapareça da face da terra”. Esta frase de Abraham Lincoln é a minha definição favorita da democracia: “o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Quase 150 anos depois de ter sido proferido este discurso, “o governo do povo, pelo povo e para o povo volta a ser uma utopia pela qual temos de voltar a lutar com toda a determinação, com todo o desejo de liberdade que alimenta as nossas almas e com toda a dignidade de quem já conheceu o viciante sabor da liberdade.

Aqui, neste sítio que um dia já foi tudo o que restou da liberdade nacional. Aqui, de onde um dia partiram as naus liberais que derrotaram a tirania e enterraram a Inquisição. Aqui, nas ilhas que têm como símbolo o voo



indomável da liberdade. Aqui é o sítio, o melhor lugar, para derrotar os que não governam em nome dos povos e para os povos.

Por isso, e em nome do povo, provoquei este Debate de Urgência no Parlamento do Povo dos Açores. Para que o povo seja ouvido e possa decidir livremente sobre um assunto a respeito do qual a sua opinião não foi sufragada.

Para que o povo seja informado das negociações em curso entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores no âmbito do que o Presidente do Governo Regional chamou, no dia 27 de Dezembro de 2011, **“Protocolo de Colaboração e Entendimento”**.

Para que se conheça, de forma pormenorizada, o que propõe o Governo da República e o Governo Regional no âmbito desse Protocolo. Queremos e temos o direito a exigir, em nome do povo que aqui representamos, todas as propostas e todos os argumentos.

Meus senhores. Este glorioso Parlamento, símbolo maior da liberdade açoriana, não será ignorado neste assunto e nesta conjuntura de enorme gravidade. Este Parlamento não será humilhado como o foram a Assembleia da República e a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, respetivamente no âmbito da negociação do Memorando de Entendimento da Troika e do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Madeira. Esses parlamentos não foram ouvidos. Esses parlamentos e o povo que representam foram ignorados.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

É por isso que nós, deputados dos Açores, temos de marcar uma linha firme, inflexível e inabalável neste debate tão transcendental para as vidas dos açorianos. Temos de ganhar esta batalha por nós, pelo Povo dos Açores. Mas temos de ganhar também, como em muitos outros momentos da nossa História, pelos outros. Por todos aqueles que não puderam decidir. Pelos milhares de portugueses que suportam hoje políticas e tremendos sacrifícios negociados nas suas costas.

Temos o dever de ganhar por eles. Temos o dever de ganhar em nome de todos os portugueses que se sentiram envergonhados e ultrajados pela forma como os seus tremendos sacrifícios são decididos por uma conversa de 52 segundos do nosso suplicante ministro com um ministro alemão. Não em nosso nome. Não sem o nosso conhecimento. Não sem a nossa autorização.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A vitória açoriana de que vos falo consiste em ser informados onde os outros foram ignorados. Em ser ouvidos onde os outros não o foram. Em decidir onde os outros não puderam decidir.

Esta é a medida da nossa vitória. Derrotar a política do bunker. Derrotar toda e qualquer negociação secreta e sem transparência democrática. Temos o direito de saber o que nos propõem os governos da República e da Região. Temos o direito a exigir coragem a quem negocia nas sombras do medo da



opinião pública e dos parlamentos. Queremos que nos digam, olhos nos olhos, o que nos querem exigir.

E não nos digam que os mercados ficam nervosos. Não nos digam que a Alemanha não gosta. Não nos digam que a troika proíbe. Não nos digam que somos piegas.

Nós não delegamos. Nós não temos medo. Nós temos opinião. Nós não abdicamos de decidir.

Meus senhores. Senhor Secretário da Presidência. Disse o senhor que este debate de nada servirá. Está V. Ex.^ª redondamente enganado. Tenho a certeza que o Governo Regional dos Açores responderá às questões que lhe forem colocadas pelos deputados desta Câmara, mais que não seja pela simples razão que esse é o seu dever e a sua obrigação constitucional e estatutária.

Os deputados desta casa não esperam menos que isso. V. Ex.^ª enganou-se e eu acredito firmemente que o Governo não o acompanhará nessa desgraçada e precipitada declaração.

A questão aqui é muito simples. O que está em causa são matérias de transcendente interesse para o futuro desta Região e para as condições de vida da generalidade dos açorianos. O Parlamento tem o dever de promover um debate democrático e amplamente participado sobre este assunto. O Governo



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

tem o dever de responder, com verdade e nada mais que a verdade, sobre esta questão. É tão simples e claro como isto.

Vejamos os factos. Numa nota divulgada pelo gabinete de apoio à comunicação social, no dia 27 de Dezembro de 2011, é possível encontrar a seguinte declaração do Presidente do Governo Regional: **“decorrem, como sabem, conversações com o Governo da República, designadamente no âmbito da revisão do memorando da “troika” que também está a ser feita ao nível nacional e da elaboração de um protocolo de colaboração e entendimento entre o Governo da Região e o Governo da República, no qual poderá estar incluída uma alteração da diferenciação fiscal nos Açores, para menos”**.

Nenhuma dúvida, portanto, em relação à existência de “conversações” que decorrem há muitos meses. A menos que estas conversações possuam o elevadíssimo nível de debate e aprofundamento verificado no âmbito da negociação realizada, no dia 10 de Janeiro, entre o nosso Ministro das Finanças e o Ministro das Finanças da Tutela, é espectável presumir que existam propostas escritas, de ambos os lados. Isto fazendo fé que o conhecimento da escrita que herdamos, há cerca de seis mil anos, da Civilização Suméria ainda não se perdeu.

Penso que não estarei a ser excessivamente otimista se presumir que assim é. De qualquer forma – e acautelando o novo e pelos vistos triunfante – conceito de negociação informal desenvolvido recentemente pelo Secretário



da Presidência, reclamo um pequeno esforço de memória ao Governo Regional.

Assim, solicito que o Governo Regional responda às questões que colocarei de seguida. Aviso já que não me importo muito com a forma informal ou formal das respostas que me serão dadas. Só quero mesmo é que este Parlamento e a população sejam devidamente informados.

1. Em algum momento o Governo Regional solicitou um contrato de financiamento - ou qualquer outro mecanismo com o mesmo fim - do Protocolo de Colaboração e Entendimento que está a negociar com o Governo da República?
2. O Governo da República abordou, no âmbito das negociações em curso, o fim da remuneração compensatória? Em caso afirmativo, que respondeu o Governo Regional?
3. Qual a percentagem de diferenciação fiscal proposta pelo Governo da República no âmbito das taxas de IRC, IVA e IRS? Qual foi a contraproposta do Governo Regional?
4. O Governo Regional aceitará a redução do número de trabalhadores em funções públicas na Região? Se a resposta for sim, qual foi a percentagem de redução que propôs?



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

5. O Governo da República faz questão de colocar no Protocolo a suspensão dos subsídios de Natal e de Férias no âmbito da administração regional? O Governo Regional aceitou?
6. O Governo da República propôs uma redução ainda mais substancial de cargos dirigentes e de unidades administrativas? O que propôs o Governo Regional nessa matéria?
7. Está a ser negociada alguma proposta alguma alteração das taxas do imposto sobre os Produtos Petrolíferos?
8. Estão a ser negociadas medidas que impliquem a redução de custos nos sectores da saúde e da educação?
9. Que medidas estão a ser negociadas no âmbito do sector empresarial público regional?
10. O Governo da República, no âmbito da negociação do Protocolo, apresentou propostas que impliquem a redução das transferências do Orçamento de Estado para a Região, nomeadamente através da alteração, em baixa, dos mecanismos de cálculo previstos na atual Lei das Finanças Regionais? Qual o estado atual da negociação sobre esta matéria?

Na próxima intervenção voltarei a colocar mais questões concretas.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Termino esta primeira intervenção com uma apreciação política em relação à forma como o Governo Regional está a conduzir estas negociações. Para além das questões vitais e nucleares do direito à informação e participação da população em relação a qualquer assunto público de grande relevância, o Governo Regional comete um erro grave quando prescinde da colaboração do Parlamento nestas negociações.

Neste âmbito convém frisar que considero que o Governo Regional não possui legitimidade política para assumir compromissos desta magnitude no término da atual legislatura. Na minha perspetiva, o Governo Regional, com esta atitude, enfraquece o poder negocial da Região e prejudica, a médio prazo, a estabilidade do sistema político regional.

O que explica, então, esta postura negocial do Governo Regional? A resposta parece-me óbvia. A saúde económica e a sustentabilidade, a curto e médio prazo, das responsabilidades orçamentais da Região encontra-se muito mais fragilizada do que o Governo Regional está pronto para admitir a tão poucos meses das eleições.

Esta estratégia de negociação tem, por isso, uma natureza eminentemente eleitoralista. No final do processo, o Governo Regional



reclamará o mérito do pouco que conseguir e endossará ao Governo da República a responsabilidade do muito que nos prejudicará.

Nestas circunstâncias, comprometo-me com um grande conjunto de iniciativas que permitam fornecer informação essencial à cidadania, garantido, em simultâneo, o aprofundamento do debate construtivo sobre estas questões tão essenciais.

Assim, aproveito esta oportunidade para anunciar que, ainda nesta sessão plenária, apresentarei uma iniciativa parlamentar, de natureza urgente, no sentido de permitir uma definição atempada e politicamente alargada do interesse regional no âmbito da anunciada alteração da Lei de Finanças Regionais.

Disse!

O Deputado

Paulo Estêvão